



**Reunião Ordinária da Assembleia
da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo**

26.06.2013

Ata dois/2013

Ao vigésimo sexto dia do mês de junho de 2013, com início pelas vinte horas, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, a reunião ordinária de junho de 2013 da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Antes da Ordem do Dia

1. Período antes da ordem do dia.

Ordem do dia

1. Informação da atividade da CIMT;
2. 2.ª Revisão ao Orçamento e PPI 2013;
3. Apreciação e votação da proposta de alienação das ações que a CIMT detém na empresa Municipia, S.A.;
4. Recursos Humanos da CIMT;
5. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal;
6. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 Janeiro.

Estiveram presentes na reunião os deputados eleitos constantes da folha de presenças anexa à presente ata e da qual faz parte integrante. -----

Estiveram ainda presentes a Secretária Executiva, o Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, Teresa Taborda, Cristina Diogo, Isabel Teodósio e Rita Trindade que secretariaram a reunião. -----

Antes da Ordem do Dia:

1. Período antes da ordem do dia.-----

Iniciados os trabalhos, a Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal começou por indicar as faltas sem substituições enunciando o deputado António Mor, do PS, por se encontrar de férias; o deputado Ramiro Silva, da CDU, pelo facto de se encontrar envolvido nos preparativos da greve geral e, por último, o deputado Gonçalo Cardoso Oliveira, do PSD, por motivos profissionais e académicos.-----

A Presidente da mesa da AI da CIMT, referiu que se encontrava para aprovação a ata da reunião anterior, sobre a qual questionou se algum dos deputados necessitavam de efetuar alguma intervenção. Deu ainda nota de que tinha um pedido, por parte do Conselho Executivo da CIMT, para que fosse incluído um novo ponto na ordem de trabalhos, nomeadamente a análise ao recursos humanos da CIMT – proposta de abertura de procedimentos concursais – informação SE/2013.--

Questionou os deputados se colocavam algum impedimento a esta questão, antes de entrar no período da ordem de trabalhos propriamente dito. Não se tendo verificado nada em contrário, foi acordado inserir o novo ponto na ordem de trabalhos, alterando a ordem dos pontos da Ordem do Dia. -----

A Presidente da Mesa da AI retomou a questão da ata para aprovação, já com as sugestões enviadas pelo deputado João Simões, tendo questionado se havia mais algumas indicações a referir. Não se verificando mais correções à ata, a mesma foi colocada a votação. Com a presença de 26 deputados na sala a ata foi aprovada, com 6 abstenções de deputados que não estiveram presentes na última reunião.---

Não havendo mais matéria relativa a informações, a Presidente da Mesa referiu ter dado entrada nos serviços uma moção do Bloco de Esquerda, passando a palavra ao deputado Luís Grácio para fazer a apresentação dessa moção, a qual, se passa a transcrever:-----

"Têm sido recorrentes as tomadas de posição da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) contra as portagens na ex-SCUT que atravessa a nossa região, a atual A23. Essas portagens têm igualmente contado com a oposição de diversas autarquias da região, bem como dos respetivos órgãos executivos e fiscalizadores.-

Assim, considerando que: -----

1. A introdução de portagens da A23 suscitou desde a primeira hora a justa indignação e discórdia das populações, pela significativa penalização que representam para quem regularmente necessita de a utilizar, sejam cidadãos individuais ou pequenas e médias empresas, nela circulando por necessidades pessoais ou por inerência da sua atividade empresarial;-----
2. Estas portagens vieram agravar a situação das zonas do interior do país, em que nos situamos, contribuindo para potenciar os efeitos do desemprego e da crise económica e social;-----
3. Forçado pela determinação das populações e pelas ações de protesto das Comissões de Utentes, o governo ensaiou um ilusório recuo, proporcionando alguns descontos para aqueles que habitando na zona e não tendo alternativas viáveis, se viam na obrigação de utilizar amiúde a estrada portajada;-----
4. Os descontos terminaram e a cobrança das taxas está já em velocidade de cruzeiro;-----
5. O resultado prático desta ação, para além do aumento de encargos para as famílias e as empresas, foi uma drástica redução de tráfego na A23 e na sua transferência para as estradas nacionais e municipais, com a conseqüente ruína física, cujo efeito imediato se traduz no aumento da insegurança rodoviária e dos encargos das autarquias;-----
6. A existência de troços não portajados ---como os troços Torres Novas/Entroncamento, Montalvo/Abrantes e Alferrarede/Mouriscas --- tem servido para atenuar os constrangimentos criados pela existência de portagens,

as quais, nestes casos, seriam inadmissíveis, dadas as necessidades constantes de circulação de veículos entre as respetivas localidades e a sua proximidade geográfica;-----

7. Sucede que começaram a ser colocados novos pórticos nos acessos à A23 de Torres Novas e do Entroncamento e, ao que a comunicação social nacional fez eco, serão colocados em todos os acessos e saídas da A23, contrariando a informação prestada à imprensa regional, de que se destinariam apenas ao "controlo de tráfego";-----

Concluindo,-----

8. A começar pelas declarações de responsáveis, tudo indica estar em curso a introdução de novas portagens, que irão aumentar ainda mais os encargos dos cidadãos e das empresas da CIMT, na circulação intercomunitária.-----

A Assembleia da CIMT reunida em sessão ordinária em 26.06.2013, decide:-----

1. Exigir ao governo e às Estradas de Portugal (EP) esclarecimentos relativamente às verdadeiras intenções do presente processo;-----
2. Repudiar a introdução de novas portagens na A23, as quais mais não seriam do que um agravamento inadmissível de encargos para as famílias e as empresas da nossa comunidade;-----
3. Aprovar esta deliberação em minuta com efeitos imediatos e proceder à sua remessa a Suas Excelências a Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro; o Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares, ao Secretário dos Transportes e aos líderes dos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República, à Associação Nacional de Freguesias, à Associação Nacional de Municípios Portugueses, à Comissão de Economia e Obras Públicas.-----

Após a apresentação desta moção a Presidente da Mesa da AI passou a palavra ao deputado José Baptista, que referiu ser um assunto que já tinha sido abordado na Assembleia Municipal do Entroncamento, de igual forma pelo Bloco de Esquerda. Referiu que o problema não assenta somente no tráfego, mas sim, na segurança das pessoas. Esclareceu que a bancada do PSD ia aprovar a presente moção.-----

O deputado João Simões também pediu para usar da palavra, considerando pertinente e sugerindo que fosse de igual modo dado conhecimento à Comissão Parlamentar na Assembleia da República responsável por esta matéria, à Associação Nacional de Municípios Portugueses e à Associação Nacional de Freguesias, uma vez que são parceiros também importantes para nos ajudarem a defender estas causas.-----

Referiu que o atual sistema de portagens não era amigo dos utentes, que o sistema da ASCENDI não estava a permitir aos utentes efetuar um controlo preciso, pois os utentes vão passando pórticos atrás de pórticos. Considera a importância de ser introduzido um sistema igual ao sistema Suíço, que poderia permitir ultrapassar este problema. -----

Por outro lado, referiu ser perfeitamente inadmissível a cobrança das portagens, que leva cerca de 30% do valor das portagens no modelo atual.-----

Voltou a abordar a questão da A13, sublinhando ser a autoestrada mais cara do país, e que a CIMT deveria tomar uma posição ainda mais forte junto do Governo, para ver clarificada esta matéria, uma vez que a região do Médio Tejo está a ser

fortemente prejudicada, no seu desenvolvimento e crescimento-----

Foi dada a palavra ao deputado Luís Silva, que fez questão de referir que o PS partilha destas preocupações, e que se revê nos considerandos apresentados, pelo que, irão votar favoravelmente.-----

Não havendo mais inscrições dos deputados, a Presidente da mesa da AI colocou a Moção a votação. Com a presença de 27 deputados na sala, sem votos contra e sem abstenções a moção foi aprovada por unanimidade, devendo ser acrescentada a remessa à Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas, ANMP e ANAFRE, conforme tinha sido referido pelo deputado João Simões.-----

O deputado Luís Grácio pediu ainda para que neste período antes da ordem do dia pudesse usar da palavra, pois queria fazer uma declaração política, relativamente a uma decisão do tribunal constitucional quanto à alteração da Lei das Autarquias Locais. Referiu que o Bloco de Esquerda tinha apresentado documentação a contrariar aquela proposta e que fazia alterações significativas. Referiu que em novembro, a própria ANMP também a considerou inconstitucional. Deste modo, vem referir que é com agrado que o Bloco de Esquerda vê que aquela proposta de Lei foi rejeitada.-----

O Deputado João Simões, de seguida, questionou a Presidente da Mesa da AI para saber quando se iria dar a integração de Mação e Vila de Rei. Foi-lhe respondido, pela Presidente da mesa da AI, que Mação já é parte plena da CIMT, a integração que surge é Sertã e Vila de Rei, o que, formalmente, só faz sentido após o próximo ato eleitoral.-----

A Presidente da mesa da AI da CIMT pediu ao Dr. Miguel Pombeiro, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, para usar da palavra e prestar os esclarecimentos possíveis sobre esta matéria.-----

Após os esclarecimentos, a Presidente da Mesa da AI deu nota de que a proposta de Lei já referida estava reagendada para o dia 24 de julho em plenário. Mais disse, que após o ato eleitoral de 29 de setembro os novos municípios integram a CIMT.--

Ordem do dia: -----

1. Informação da atividade da CIMT. -----

A Presidente da mesa da AI usou da palavra para referir que se iria abordar a atividade da CIMT entre o período de 27 de março e a atual data. Pediu ao Dr. Miguel Pombeiro para usar da palavra e tecer os comentários que considerasse pertinentes sobre esta matéria.-----

O Dr. Miguel Pombeiro iniciou a sua intervenção referindo que ia ser breve. Abordou o QREN/Contratualização esclarecendo que a CIMT tem uma taxa de aprovação de 100%, sendo que a taxa de execução é de 85%, situação que se encontra controlada. Quanto à Estratégia 2020 realçou o andamento dos trabalhos, que estão a decorrer com o apoio da empresa Augusto Mateus & Associados tendo já sido realizados 3 workshops, dos quais um na Sertã, outro em Alcanena e outro no Sardoal.-----

Por outro lado, deu conta que finalmente o Médio Tejo tem uma candidatura aprovada no âmbito da modernização administrativa, sendo uma ambição que tínhamos há algum tempo, contudo por falta de verba no Centro ainda não tinha

avançado. Referiu que esta candidatura irá permitir a todas as autarquias terem os serviços online, a gestão documental para as que ainda não o tinham feito e assim ter participação.-----

Relativamente aos sítios autárquicos, encontram-se já em fase final de execução, esperando-se já estarmos em condições de efetuar a migração dos atuais sítios para os novos, que terão muito maior flexibilidade e terão um conjunto de valências superiores aos atuais.-----

Deu igualmente nota dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da gestão em SIG, referindo estar esta área com uma taxa de execução de 79%. Por outro lado, foi focada também a Central de Compras da CIMT que tem vindo a aumentar o número de entidades e áreas possíveis para aceder. Neste momento a Central de Compras está dedicada aos contratos de eletricidade, permitindo às câmaras não terem de se preocupar com todo o processo burocrático, bem como, uma melhoria na redução de custos.-----

Ainda neste ponto, abordou a mobilidade, nomeadamente o projeto do Transporte a Pedido, realçando o encontro que decorreu em Mação e que contou com a presença do Secretário de Estado da Administração Local.-----

Teceu algumas notas sobre novas candidaturas no âmbito da reabilitação e regeneração urbana, e o programa Life.-----

Dada a palavra ao deputado João Simões, o mesmo iniciou a sua intervenção fazendo referência a que no documento relativo à atividade da CIMT já está a referência dos dois novos municípios.-----

Enfaticou o programa Life 2012 e a sua parceria com o Instituto Superior Técnico pois, entende que poderá contribuir para minorar o problema da desertificação. Ficou sensibilizado com este projeto, felicitando o Conselho Executivo por ter abraçado este projeto.-----

Referiu o projeto do Transporte a Pedido, considerando-o muito importante e esperando que tenha bons resultados e que continue com uma boa dinâmica.-----

Realçou a Central de Compras referindo ter sido uma boa aposta, que vai proporcionar menos custos e sinergias entre todos. Considerou interessante o número de participantes que já estão envolvidos, focando um dos pontos fulcrais que são as refeições escolares, face às grandes dificuldades das famílias que são cada vez mais visíveis.-----

Terminou a sua intervenção referenciando a boa dinâmica da CIMT, através dos vários programas em curso.-----

Foi, de seguida, dada a palavra ao deputado Manuel Filipe, do PS, que fez uma intervenção como cidadão, questionando se as páginas das câmaras municipais não poderiam ter mais links e outro tipo de intervenções com outras câmaras, pois considera que quem está de fora gostaria de ver as páginas interligadas.-----

A Presidente da mesa da AI passou a palavra ao deputado Silvestre Pereira que realçou com muito agrado as atividades desenvolvidas pela CIMT, comentando serem todos projetos de grande relevância. Contudo, solicitou que no âmbito da modernização administrativa, bem como, no âmbito da reabilitação e regeneração urbana, a CIMT deverá ter um papel diferenciador, procedendo a uma maior divulgação a todos os membros.-----

Terminou dizendo que não tinha conhecimento do projeto Life, pedindo se era possível que lhe fosse dado algum esclarecimento.-----

De seguida, usou da palavra deputado Luís Grácio. Teceu algumas observações ao desempenho do FEDER com 85%, contudo deixou uma dúvida quanto aos 100% pois gostaria de aferir se tinha havido pouca ambição.-----

Comentou também serem de relevar as sessões distribuídas pelo território no âmbito da Estratégia 2020. Relativamente ao Médio Tejo Digital, disse que era importante haver uma melhor largura de banda, uma vez que atualmente a navegação está dificultada porque os sites são lentos, considerando de igual modo que os conteúdos devem ser mais apelativos, tendo ainda a CIMT muito trabalho pela frente.-----

Quanto ao projeto do Transporte a Pedido referiu a sua importância e o seu interesse, considerando que deve ser feita uma boa divulgação.-----

Terminadas estas intervenções, e não havendo mais indicações de inscrições por parte dos deputados, a Presidente da Mesa da AI pediu ao Dr. Miguel Pombeiro para usar da palavra e esclarecer os deputados no que concerne às várias questões levantadas. -----

O Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova da Barquinha começou por esclarecer o deputado João Simões, relativamente á entrada dos dois novos municípios para esta Comunidade, em particular Sertã e Vila de Rei, no que diz respeito á inclusão nos atuais projetos a decorrer na CIMT. Esclareceu ser evidente que houve consenso e a própria CCDR aprovou as candidaturas, para se fazer a inclusão destes municípios nos projetos, estando a CIMT a trabalhar nesta matéria.-----

Quanto às questões dos deputados Manuel Filipe e Luís Grácio, referiu que os sítios autárquicos atuais estão ultrapassados, por isso se está a trabalhar num novo processo, nomeadamente através de uma nova plataforma, a plataforma Joomla, que certamente nos irá permitir um acesso, um carregamento muito mais eficaz e que vai certamente ao encontro das necessidades das autarquias que são cada vez mais exigentes.-----

Referiu sermos a CIM que apresenta valores mais altos na Região Centro, para o qual também foi importante o investimento ao nível dos centros escolares, comentando que no âmbito do próximo quadro comunitário de apoio todos os contributos poderão ser remetidos para a CIMT, para os serviços competentes, pois serão certamente analisados e contribuirão para estarmos cada vez mais na linha da frente.-----

Terminada esta intervenção passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.---

2. 2.ª Revisão ao Orçamento e PPI de 2013.----- -----

Foi presente um documento referente à 2.ª revisão ao Orçamento e PPI de 2013, conforme fez referência a Presidente da Mesa da AI, e que todos os deputados já tiveram oportunidade de analisar.-----

Nenhum deputado solicitou intervir, tenho o documento passado de imediato à votação. Foi aprovado por unanimidade, com a presença de 30 deputados na sala.-

3. Apreciação e votação da proposta da alienação das ações que a CIMT detém na empresa Município S.A.

Foi presente à reunião a informação sobre esta matéria, tendo a Presidente da Mesa dado nota de que a CIMT pretendia a alienação das ações que detém desta empresa e os respetivos pagamentos por 0,01€ por unidade.

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara de Vila Nova da Barquinha que esclareceu os presentes de que para termos estas ações somos obrigados a ter um Revisor Oficial de Contas, o que obviamente acarreta custos para a CIMT. Disse que não temos benefícios desde 2004, sendo um assunto já debatido variadas vezes e que não nos era de todo favorável.

A Presidente da mesa da AI deu ainda conta que esta CIM já tinha abordado esta matéria, através da cedência gratuita das ações ao Município de Ferreira do Zêzere, não tendo esta câmara avançado com este processo, porque não era possível ceder, mas sim apenas vender. Não se verificando intervenções por parte dos deputados, foi passado ao momento da votação, sendo este assunto aprovado por unanimidade, com a presença de 30 deputados na sala.

4. Recursos Humanos da CIMT

A Presidente da mesa da AI comentou que era o ponto introduzido com o assentimento da Assembleia, aquando do início dos trabalhos da Sessão, e que contemplava a autorização para abertura de procedimentos concursais para a contratação de dois técnicos, sendo um licenciado em gestão e outro em informática.

Passou a usar da palavra o Senhor Presidente da câmara municipal de Vila Nova da Barquinha, que esclareceu aos presentes que com a recente aprovação do SAMA esta situação era agora colocada em cima da mesa. Registou que a CIMT está com muito trabalho, em qualquer uma das áreas referidas, e que atualmente era impossível continuarmos como estávamos. Alertou que estas contratações eram financiadas a 85 %, pelo que se considera importante avançar, tanto mais que, com as atuais competências que estavam para ser definidas para a CIMT, se considerava agora o momento oportuno para se dar este salto.

Não havendo mais indicações sobre esta matéria e estando todos os deputados esclarecidos, foi este assunto colocado a votação. Com a presença de 30 deputados na sala foi aprovado por unanimidade.

5. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal.

A Presidente da mesa da AI referiu a remessa, para conhecimento, da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que tinham sido celebrados desde a última reunião desta Assembleia.

Ainda antes de se passar ao último ponto desta ordem de trabalhos, o deputado Eduardo Mendes, secretário de mesa, pediu para usar da palavra. Referiu que era a última vez que estava presente nesta mesa, não querendo sair sem agradecer a todos os presentes a forma cordata de relacionamento que teve e que sempre

tiveram para com ele.-----

6. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 Janeiro.-----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal registou que, não havendo público na sala, não existia intervenção do público. -----

Por último, a Presidente da mesa da CIMT, não quis deixar de fazer referência ao facto de ter acompanhado o processo da antiga Comunidade Urbana do Médio Tejo, nomeadamente da Assembleia da Comunidade Urbana, assim como a sua transição para a atual Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Referiu acreditar no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido e que continua a acreditar na sua continuidade. Desejou a cada um dos técnicos da CIMT e à Secretária Executiva os maiores sucessos, agradecendo a presença de todos e dando por terminada a sessão.-----
